

Turismo rural e diversificação do espaço rural: reflexos do trabalho da mulher na atividade turística na região dos Campos de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Raquel Lunardi¹

Joaquim Anecio de Jesus Almeida²

Marcelino de Souza³



**Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território**

**Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio**

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

¹ Bacharel em Turismo, Mestre em Extensão Rural e Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: raquel_lunardi@yahoo.com.br

² P.h.d. em Sociologia, Professor Titular do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).E-mail: naik@smail.ufsm.br

³ Doutor em Engenharia Agrícola, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central analisar o turismo rural como uma nova estratégia de diversificação socioeconômica dos espaços rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil. Para isso, focamos nossa análise na participação da mulher no mercado de trabalho através da atividade turística em oito fazendas pousadas, na Região dos Campos de Cima da Serra. Buscou-se ainda averiguar de que forma a inserção da mulher no mercado de trabalho turístico afetou a organização socioeconômica da mulher e de seu entorno. Os principais resultados encontrados neste estudo se referem às transformações nas relações sociais, que remete as mulheres a uma “socialização” e a reestruturação do trabalho familiar, onde a mulher passa a desenvolver múltiplas atividades.

Palavras-chave: inovação, turismo rural, mulher, desenvolvimento rural.

1. Introdução

O meio rural brasileiro passa, principalmente após a década de setenta, por mudanças significativas em seu espaço, não só econômicas, mas também sociais. Essas modificações vêm ocorrendo em virtude da modernização agrícola, que surge com a implementação de novas técnicas e de métodos de plantio e colheita, com inovações genéticas e com melhoramento na mecanização (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Concomitante a isso, o espaço rural passa a ser não só agrícola, mas também cenário para o desenvolvimento de novas atividades e de multifuncionalidades, que antes eram desenvolvidas apenas no espaço urbano alterando os valores sociais, culturais e também o processo de organização e alocação do trabalho no interior do grupo doméstico, possibilitando a redefinição dos papéis exercidos pelos membros da família e a abertura do mercado de trabalho para as mulheres (CARNEIRO, 1998). Esta nova redefinição do espaço rural emerge, principalmente, segundo Carneiro (1998) de dois fenômenos: o primeiro diz respeito à inserção de atividades não agrícolas, possibilitando que o agricultor se torne um agricultor pluriativo, trazendo mudanças nas formas de organização da produção e na divisão do trabalho; o segundo refere-se à necessidade que as pessoas, principalmente as cidadinas, têm de buscarem atividades relacionadas ao lazer no campo. Esta última afirmação tem incentivado muitos agricultores a desenvolverem o turismo, alterando o ritmo de vida local e familiar, a estrutura na divisão das atividades tanto no turismo quanto na agricultura, assim como os valores sociais e culturais dos agentes envolvidos.

Dentro dessa nova perspectiva de desenvolvimento rural que tem como pano de fundo as atividades não agrícolas (atividade turística), o trabalho especialmente da mulher, adota nova forma.

Ele deixa de ser “invisível”⁴, passando a ser peça chave na atividade turística, onde desempenha diversas atividades tidas como femininas ou como uma extensão das tarefas domésticas. No turismo ela combina atividades produtivas com reprodutivas, desenvolvendo dupla jornada de trabalho e resultando o turismo com uma ampliação ou extensão do trabalho doméstico (PAULILO, 2004, GARCIA RAMON, CANOVES E VALDOVINOS, 1995; PEREZ E VALIENTE, 2000).

Motivados pelo binômio turismo e trabalho doméstico, pretende-se apontar neste estudo de que forma a mulher atua na atividade turística e quais os resultados, para ela e para os agentes envolvidos, da inserção no mercado turístico. Para tanto, buscou-se, ainda, analisar as transformações nas relações sociais das famílias e localidade investigadas; evidenciar quais os motivos ou causas que levaram os envolvidos a inovarem na propriedade; verificar como esta nova atividade incrementou a divisão do trabalho no âmbito familiar e local; e, averiguar os impactos provocados pelo turismo na economia familiar e também da economia local. Para alcançar tais objetivos foi proposta análise qualitativa em oito fazendas pousada administradas por mulheres na região dos Campos de Cima da Serra, nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Dotados de todas as informações necessárias para a análise foi possível verificar que a inovação através da atividade turística, na região deste estudo, produziu diferentes dinâmicas de desenvolvimento rural seja na organização econômica, social e/ou produtiva das propriedades analisadas, constituindo-se em uma estratégia adotada pelos agricultores de “driblar” os problemas cotidianos que ameaçavam a gestão e a organização da propriedade. Como mudança social o turismo rural remete as mulheres envolvidas nesta atividade a uma “socialização” que a agricultura não proporcionava. Isso porque a atividade turística possibilita o contato e a interação com pessoas que não pertencem ao seu círculo de convívio e de amizade habitual.

2. ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS, DIVERSIFICAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E TURISMO RURAL NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

Nos últimos anos vêm emergindo um ampliado debate sobre a noção de desenvolvimento rural no Brasil. Este debate está centrado na discussão acerca das alternativas de desenvolvimento para além da atividade agrícola. Nesta perspectiva surgem reflexões sobre a importância das atividades não agrícolas como forma de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, de redução da pobreza e das desigualdades no meio rural brasileiro. No entanto, a agricultura como atividade produtiva não perde sua significância econômica e social, porém, o que está acontecendo é que os agricultores estão incorporando outras dimensões na reprodução social, como o patrimônio cultural, as tradições, o lazer, o turismo, entre outras. Conforme Schneider,

⁴As lidas femininas na casa ou na roça são desconsideradas como trabalho. “A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família” (PAULILO, 2004, p. 235).

A agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades” (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101).

A emergência de atividades não agrícolas⁵ é explicada por diversos autores (GRAZIANO DA SILVA, 1996; 1999; SCHNEIDER, 1994; 2003; MARSDEN, 1995; KINSELLA et al., 2000) que compartilham a idéia de que a pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social e econômica para as famílias rurais e está relacionada com as formas de alocação da força de trabalho das famílias em diferentes atividades, uma reprodução das formas familiares de trabalho, e seu aparecimento tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização.

Os primeiros trabalhos sobre a emergência de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro surgiram a partir do final do século XX, em meados de 1990. A evidência do debate surgiu com os trabalhos do Projeto Rurbano. Para estes autores a nova definição do rural como um “*continuum*” do urbano, é resultado, dentre outros fatores, do processo da atual fase que a economia brasileira vem passando, sobretudo após a década de 70, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. O resultado desta reestruturação é uma nova significação de agricultor, o agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*).

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano - industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 47).

A partir do momento em que o agricultor assume novas atividades externas à agricultura, ele ocasiona um conjunto de novas funções e significações do meio rural, não só econômicas, mas

⁵ “A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Desse modo, a pluriatividade é, ao mesmo tempo, causa e efeito das atividades não agrícolas. Por isso, insiste-se que não se deve confundir as atividades não agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões, das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho” (SCHNEIDER, 2007, p. 17).

também sociais e culturais em todos os membros da família. Assim, o agricultor que era monoativo assume uma nova posição frente às adversidades, de agricultor pluriativo, combinando atividades agrícolas com atividades não agrícolas.

Assim, segundo Schneider, “à medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar” (SCHNEIDER, 2007, p. 22). Para este autor (2007) existem várias justificativas em favor da combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas. A primeira delas seria o combate e erradicação da pobreza rural; a segunda é que a pluriatividade possibilita, através da diversificação produtiva e das ocupações não agrícolas, a ampliação das fontes de ingresso de renda; a terceira refere-se a sua capacidade de gerar mecanismos que ajudem a diminuir o êxodo rural, especialmente dos jovens e das mulheres; a quarta diz respeito à contribuição que ela pode gerar para as políticas fundiárias (geração de emprego e renda para assentados rurais); a quinta razão é que a pluriatividade pode estimular os avanços em políticas afirmativas de direitos dos jovens e das mulheres; a sexta é de que a pluriatividade pode ser uma estratégia de renda e de emprego para as populações tradicionais que vivem em áreas de preservação; a sétima seria de que a pluriatividade pode ser a ponte entre as políticas agrícolas e a política de desenvolvimento rural; e por último, mas não menos importante, a de que a pluriatividade tem potencial para dinamizar as economias locais e fazer do mercado interno o ponto de partida do processo de diversificação econômica. Nessa perspectiva, a estratégia da pluriatividade tem como objetivo diminuir a vulnerabilidade dessas famílias, buscando amenizar os riscos causados pelo conjunto destes fatores, representando ao agricultor uma proteção aos riscos (KINSELLA et al., 2000; ELLIS, 2000, SCHNEIDER, 2003; 2007).

Nesse sentido, o fomento da pluriatividade deveria estar ancorado por uma política pública que não vise apenas o desenvolvimento agrícola, mas que procure nas estratégias de diversificação das atividades uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável. Esta perspectiva também é a almejada pelos países da Europa. Segundo Kinsella et al. (2000), não há uma política pública específica para o desenvolvimento da pluriatividade. Este tema está sempre do lado de fora das discussões políticas. No entanto, medidas políticas criativas que abordem as características específicas da pluriatividade são necessárias para que seu impacto no desenvolvimento rural seja positivo. Na opinião dos autores

Um dos princípios fundamentais de uma política para a pluriatividade entre os agricultores familiares deverá ser a que vai além dos setores abordados (rendimentos e empregos). Uma das principais características das estratégias contemporâneas dos modos de vida baseada na pluriatividade é que ela responde a uma multiplicidade de mercados e de políticas. A complexa teia de domínios políticos que cercam a pluriatividade poderia ser abordada de forma integrada incluindo questões como a geração de emprego local, infraestrutura e melhoria ambiental. Uma política cultural também poderia ser uma parte relevante desta política de mistura desde que tal seja proporcional com a construção de novas identidades rurais. Em suma, é necessário que o

impacto de todas as políticas públicas em áreas rurais sejam ‘resistentes ao rural’ (KINSELLA et al., 2000, p. 493, tradução nossa)

Contudo, a pluriatividade justifica-se como uma estratégia de diversificação rural sustentável e sua emergência está relacionada, principalmente, a fatores como a nova estrutura do mercado de trabalho familiar, que em decorrência da mecanização agrícola possibilitou a liberação da mão-de-obra de alguns componentes familiares, sobretudo das mulheres e dos jovens. A justificativa de apoiar e estimular a pluriatividade está centrada no seu potencial de possibilitar aos agricultores escolherem seu próprio modo de vida e, conseqüentemente suas representações socioeconômicas⁶. Nesse sentido, “a diversificação dos meios de vida é definida como o processo pelo qual o grupo doméstico rural constrói uma crescente diversificação do *portfólio* de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida” (ELLIS, 2000, p. 15). Na perspectiva deste autor, a diversificação implica na constituição de um repertório de estratégias definidas pelo próprio grupo doméstico, levando em consideração os contextos produtivos, devendo ser entendida a partir da heterogeneidade do tecido social no meio rural, que tem como resultado um grande número de formas de meios de vida (*livelihoods*), isto é, em diferentes formas de inovação nas práticas produtivas, nas interfaces entre mercados e consumidores, nas normas e nas instituições.

Essa concepção heterogênea do espaço rural orientada por Ellis permite estabelecer um ponto de contato com a perspectiva apresentada por Marsden (2003). A heterogeneidade do espaço rural deve ser considerada para que se possa, através de um instrumental teórico-metodológico consistente, ter uma compreensão da natureza multifacetada das trajetórias e dinâmicas do desenvolvimento rural, numa clara aproximação com a proposição de Ploeg et al. (2000), que preconizam a natureza multifacetada e multidimensional deste processo.

É a partir desta dinâmica heterogênea do rural que o Estado estimula a diversificação e o aumento da produtividade agrícola como um mecanismo de regulação econômica e social do espaço rural, sobretudo a partir do final do século XX. Diante disso, o espaço rural passa a ter novas atribuições, que além da produção agrícola em massa, passa a ser um “espaço de consumo” de valores simbólicos e materiais, destacando-se as atividades do setor de serviços (turismo, gastronomia, ecoturismo) e do setor industrial, ou seja, uma diversidade multissetorial⁷. Para compreender esta nova dinâmica socioeconômica e espacial do meio rural, Marsden (1995) propõe a noção de *commoditization* ou de *mercantilização*.

Comoditização representa uma variedade de processos sociais e políticos pelos quais os valores da mercadoria são construídos e atribuídos a – neste caso – objetos rurais e objetos agrícolas, artefatos e pessoas. Não

⁶ Ellis (2000) considera ainda que a definição de estratégias dos modos de vida está relacionada com as necessidades e as escolhas dos indivíduos, sendo que na primeira as ações são involuntárias e são adotadas como uma reação a outros condicionantes, isto é, uma reação ao capital natural, capital material, entre outros; já na segunda, as ações são voluntárias ou *proativas*, estabelecidas com o intuito de aumentar a diversidade dos ativos e capitais existentes, como a diversificação das fontes de renda, aumento do capital físico e material, etc.

⁷ Os estabelecimentos agrícolas de economia familiar multissetorial engendram altas densidades populacionais e dão flexibilidade ao mercado de trabalho, suavizando os impactos em períodos de desemprego. E estimulam comportamentos simultaneamente cooperativos e competitivos, muito imitados por outros agentes econômicos locais” (VEIGA, 2001, p. 09).

representam um processo que engloba todos, por exemplo, transforma processos agrícolas de trabalho (como sugerido na literatura marxista do desenvolvimento agrário). Em vez disso, é um fenômeno diversamente construído em torno de processos de desenvolvimento coalescentes e difusos. Tal como acontece com outros conceitos, uma característica fundamental é a necessidade de ampliar e aperfeiçoar sua aplicabilidade para além do limite específico da exploração (MARSDEN, 1995, p.293).

Para Ploeg (2006; 1990), o processo de mercantilização tem suas raízes no processo de modernização e é provocado pelas mudanças no trabalho, pelas diferenças na capacidade dos agricultores de reagir às tecnologias geradas externamente, e também pelas diferenças culturais entre as comunidades.

Concomitante ao processo de mercantilização dos espaços rurais há uma reconstituição de relações sociais e econômicas e de elementos materiais e simbólicos. Esse processo é denominado por Ploeg (2006) como a “*recampesinização*” do meio rural. “A *recampesinização* expressa a formação de novas, robustas e promissoras constelações – que se apresentam, cada vez mais, superiores aos demais modos de produção” (PLOEG, 2006 *in* SCHNEIDER, 2006, p. 17). Ela contempla as dimensões qualitativa (de mudança de não camponês para camponês) e quantitativa (aumento do número de camponeses). “A *recampesinização* é um processo de autonomia, que é simultaneamente convertida em novas formas de desenvolvimento, em novo valor agregado e maior rentabilidade, bem como em novas oportunidades de emprego e maiores níveis de autonomia” (PLOEG, 2006 *in* SCHNEIDER, 2006, p. 44). Nesse processo de autonomia é preciso considerar que os agricultores são atores ativos no processo de produção e de reprodução através do conhecimento acumulado e das decisões que tomam e não são meros receptores das tecnologias e das mudanças estruturais decorrentes do capitalismo. Logo, os agricultores são negociadores, eles negociam com o mercado tendo em vista seus interesses e condições próprias. Portanto, nessa dialética, os agricultores podem acelerar modificar, neutralizar, resistir ou inverter as tendências gerais da mercantilização, modificando assim, a dinâmica do desenvolvimento. O fortalecimento desta autonomia é construído pelos agricultores a partir de inovações em atividades não agrícolas. Conforme Ploeg (2006):

Boa parte dos agricultores tem começado a diversificar suas atividades a partir da efetivação de uma série de alternativas: 1) novos produtos e serviços são produzidos, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis. Emergem então empresas multiproduto, que contem novos índices de competitividade e que reforçam a autonomia. Ao lado dessa primeira tendência (e, com frequência, bastante ligada a ela), há também 2) um distanciamento em relação aos principais mercados de insumos, uma mudança em direção ao que é conhecido como agricultura mais econômica; 3) a reconexão da agricultura com a natureza tem desempenhado papel central. De acordo com a mesma racionalidade, 4) a pluriatividade e 5) novas formas de cooperação local são redescobertas. Estas também permitem uma reconexão e, assim, uma redução na

dependência direta da agricultura em relação ao capital financeiro e industrial e 6) uma reintrodução da artesanidade (p. 45).

O processo de busca e consolidação desta autonomia do agricultor tem como origem a diversificação das alternativas de reprodução socioeconômica que se dá através da inovação. Na perspectiva deste estudo a inovação dá-se pela atividade turística. A estratégia do turismo rural⁸ surge principalmente pós-década de 90, primeiramente nos Estados do sul do Brasil, avançando posteriormente por quase todo o território brasileiro como uma das estratégias de sobrevivência dos agricultores no meio rural brasileiro. Contudo, o turismo não deve ser a única alternativa de desenvolvimento rural, pois sua afirmação e consolidação estão atreladas às especificidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e oportunidades que cada espaço oferece, ou seja, deve haver relação direta entre o turismo e as características sociais, econômicas, culturais e ambientais/ecológicas de cada local. Sobretudo, é importante ter-se a consciência de que o turismo rural não é uma “salvação” para o meio rural, mas uma, entre tantas, estratégias de diversificação da economia local.

A explosão, principalmente depois dos anos de 1990 da oferta de produtos turísticos no meio rural tem remetido a um questionamento: o que está estimulando o turismo rural? No Brasil este fenômeno pode ser compreendido, de um lado, como uma resposta à reestruturação da economia sob os efeitos da globalização, sendo o aparecimento das atividades não agrícolas uma destas dimensões. Por outro lado, é uma atividade que sofre a influência das mudanças sociais relacionadas à redução das jornadas de trabalho promovidas pelos incrementos tecnológicos crescentes e o aumento do tempo livre dos indivíduos, assim como elevação da expectativa de vida das pessoas e das alterações nos padrões de consumo, que voltam-se crescentemente às amenidades e aos bens não tangíveis.

Para enfrentar as amenidades citadas acima os agricultores acionam a inovação do turismo rural como uma das estratégias frente às suas dificuldades relacionadas à atividade agrícola ou até mesmo ser uma iniciativa de indivíduos de fora do espaço rural que ali se instalam com a finalidade de obter ganhos financeiros. Mas, para se tornar uma estratégia de diversificação sustentável, o turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes, ou seja, endógeno, considerando o potencial cultural e patrimonial da comunidade local e as diversidades geográficas e ambientais, devendo então se basear na interação e integração entre os seus diferentes atores – Estado, instituições privadas e comunidade local.

3. Redefinindo papéis: reflexos do trabalho “visível” da mulher

Por muito tempo a participação da mulher na constituição da renda familiar foi completamente invisível. Seu trabalho era considerado sem valor produtivo ou como ajuda. Esse anonimato nas

⁸ O turismo rural refere-se ao conjunto de modalidades de empreendimento e serviços turísticos oferecidos no espaço rural, como agroturismo, turismo ecológico, turismo cultural, turismo gastronômico, hotéis fazenda, restaurante, entre outros.

relações de trabalho deve-se, de certo modo, à tradição cultural das mulheres à subordinação ao sexo masculino (pai, marido ou filhos). O reflexo deste anonimato pode ser visto na hierarquização dos papéis sociais dos homens e das mulheres, onde a divisão do trabalho é constituída pela diferença na realização de tarefas, ocasionando representações sociais de gênero distintas. Essa hierarquização pode ser constatada nos trabalhos de Brumer (2004):

[...] ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve⁹. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres está praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER, 2004, p. 07).

A partir da década de 70, com os movimentos feministas, as reivindicações pelo reconhecimento do papel e do espaço que a mulher ocupa na sociedade ficaram mais constantes, tomando força a cada década que se seguia. Segundo Bruschini (2000),

As transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificados pelos impactos dos movimentos feministas dos anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo” (in DA ROCHA, 2000, p. 16).

Para Borges e Guimarães (2000) essa “crescente participação na oferta de força de trabalho resulta, como se sabe, das mudanças ocorridas na relação historicamente existentes entre a esfera pública e privada (ou nas esferas de produção e reprodução)” (in DA ROCHA, 2000, p. 111). Contudo, essa admissão das mulheres no sistema produtivo deu-se, principalmente, através de atividades laborais que podem ser desenvolvidas no ambiente familiar ou domiciliar.

As mulheres continuam a prevalecer no trabalho a domicílio, uma vez que carecem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho. Tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas e seus fortes vínculos comunitários, as mulheres constituem a principal oferta de trabalho a domicílio (LAVINAS E SORJ, 2000 IN DA ROCHA, 2000, p. 215).

⁹ Paulilo (1987) também se dedicou aos estudos da hierarquização do trabalho entre homens e mulheres. Para esta autora a diferença entre o trabalho masculino e o trabalho feminino dá-se pelas categorias “pesado” e “leve”.

Nessa perspectiva de trabalho a domicílio, o turismo rural toma grande importância, pois o trabalho necessário para desenvolvê-lo é considerado uma extensão das atividades domésticas, permitindo que as mulheres não substituam as atividades reprodutivas pelas produtivas, o que pode ser visto sobre dois aspectos distintos: de afirmação de diferenças laborais entre os sexos ou de uma oportunidade de autonomia da mulher. Por isso, a atividade turística é, para alguns autores, considerada como uma atividade de caráter feminino, pois a participação da mulher no seu desenvolvimento é bastante significativa. Para Sparrer (2003) essa participação está atrelada às atividades domésticas desempenhadas por elas, pois há uma similaridade entre estas atividades e as desempenhadas no turismo rural. Segundo este mesmo autor, “No turismo rural todos os campos laborais são considerados como naturalmente dados às mulheres e se associam a protótipos de profissões com um alto grau de feminização” (SPARRER, 2003, p. 189). Estaríamos então, a partir desta perspectiva, afirmando a posição invisível da mulher no mercado de trabalho?

Contudo, confirmando ou não o turismo como uma extensão do trabalho doméstico da mulher, o turismo provoca uma nova dinâmica nas relações e organização do trabalho familiar nas propriedades pesquisadas. Seu desenvolvimento possibilitou uma reordenação ou readaptação das atividades a cada membro do grupo familiar. Essa nova dinâmica laboral possibilitou que o trabalho das mulheres e jovens, que na agricultura era invisível ou considerado como ajuda, se constituísse como mão-de-obra essencial para o sucesso da atividade. No turismo, as mulheres podem conciliar as atividades reprodutivas com as atividades produtivas, o que ocasionou impactos tanto positivos quanto negativos para estes agentes. Como positivos podemos evidenciar a autonomia gerada pela atividade lucrativa, a liberdade para poderem comprar o que quiserem sem pedir recursos financeiros ao marido, além de ajudar nas despesas fixas da casa, como energia, telefone, alimentação, etc. Como impacto negativo, evidencia-se a multifuncionalidade da mulher rural ou a multiplicidade de atividades desenvolvidas por elas. Com o turismo elas passam a desempenhar todas as suas tarefas como mãe e donas-de-casa e também as tarefas necessárias para atenderem aos turistas. Outra mudança que o trabalho proporcionou às famílias foi a ampliação da jornada diária de trabalho, especialmente das mulheres. A maioria das mulheres entrevistadas¹⁰ relatou que se dedica ao turismo rural de 8 a 12 horas diárias, elas são as primeiras a se levantar e as últimas a irem se deitar. No entanto, apesar disso, o turismo rural é visto pelas mulheres como uma nova opção de renda atrelada a uma melhor qualidade de vida para a família, resultando em uma socialização da mesma e uma possibilidade de enriquecimento cultural. Contudo, não são somente as mulheres que são influenciadas pela atividade turística. O desenvolvimento do turismo nestas propriedades possibilitou ainda uma redefinição nas funções exercidas pelos homens. Com o turismo é necessário que os homens dediquem parte do tempo, que antes era da agricultura, para o turismo. Esse deslocamento de atividades agrícolas resulta no turismo como ajuda, invertendo os papéis de gênero. As tarefas desempenhadas por eles são semelhantes às realizadas na atividade agropecuária, como trato dos animais utilizados nos passeios dos turistas e os cuidados com a limpeza e organização externa da propriedade e o cuidado com a horta.

Além da reestruturação do trabalho familiar, foi possível identificar nas localidades estudadas uma readequação do trabalho de outros agentes locais, como vizinhos e parentes, especialmente nos

¹⁰ Os dados empíricos utilizados neste trabalho fazem parte da Dissertação de Mestrado intitulada “Turismo rural: a contribuição da mulher” de minha autoria.

períodos de maior visitação (férias escolares), representando uma nova alternativa de emprego não agrícola. Esta afirmação está sustentada nos dados coletados nas propriedades pesquisadas, onde a maioria emprega funcionários temporários, mas também funcionários permanentes e 13% empregam funcionários temporários e permanentes. Concomitante a isso, novas oportunidades de emprego geram novas fontes de renda e com isso criam-se novas perspectivas econômicas para as famílias e para a comunidade local. Nesse sentido, a experiência da introdução da inovação turismo rural nos Campos de Cima da Serra evidenciou uma mudança não só na economia familiar, mas também na diversificação da economia local através do incremento nas atividades produtivas de outras propriedades e na geração de novas oportunidades de trabalho.

Apesar da variável renda ter sido a principal justificativa para a inovação, outros aspectos foram considerados pelas entrevistadas, como a busca por uma valorização sócio-cultural da propriedade e dos componentes familiares (especialmente das mulheres e jovens). A valorização econômica da atividade turística nesta região é salutar, pois em grande parte das propriedades o turismo rural se consolidou como atividade econômica/produtiva principal, o que não significa que a agricultura deixou de ter sua importância na reprodução econômica e social destas famílias, mas sim, que está ocorrendo uma inversão nas capacidades produtivas. O turismo possibilitou que os valores arrecadados na atividade fossem revertidos como ajuda na atividade agrícola, possibilitando a continuidade desta produção. Destarte, os recursos oriundos do turismo contribuem na educação dos filhos, na manutenção da propriedade, tanto interna como externamente, além de possibilitar a autonomia financeira de membros da família como das mulheres e dos jovens.

Ao considerar o binômio empresária/turista pode-se evidenciar que entre ambos existe, sobretudo, uma relação de amizade recíproca. O contato com pessoas de outro universo, tanto dos visitantes quanto dos visitados é considerada como um ponto positivo por ambos¹¹. A interação entre os dois grupos fortalece as relações sociais, especialmente das mulheres entrevistadas, que antes do contato com os turistas, o contato interativo com pessoas de outros grupos sociais, de outras etnias, de outro “mundo” (urbano) eram escassos. Esse contato permitiu que a relação que poderia ser de perda de privacidade, torne-se uma oportunidade enriquecedora de conhecimento cultural e social, além de contribuir para a renda da família, como a fala de uma das entrevistadas [...] *considero uma relação de amizade; eu vejo assim: cada pessoa que vem, por mais estranha que seja, sai um amigo; e eu vejo que qualquer pessoa, com seus diferentes tipos de comportamento, a gente tá considerando uma amizade em potencial, nunca senti minha privacidade invadida [...]*.

Outrossim, os reflexos do trabalho no turismo rural não estão presentes apenas nos valores econômicos. O desenvolvimento desta nova estratégia possibilitou ainda a reprodução social do grupo familiar diante da sociedade. Nesse sentido, uma das principais mudanças ocorridas nas famílias estudadas foi a fortificação das relações familiares e sociais que o turismo propiciou. O turismo permitiu que houvesse uma aproximação entre os familiares e os vizinhos, através da dádiva e da

¹¹ No entanto, parte dos vizinhos as desconfianças em relação à recepção, pelas mulheres, de pessoas estranhas a família. Na maioria dos casos as entrevistadas relataram que não sentiram nenhum tipo de preconceito por serem elas quem administrasse a atividade turística, porém nos casos em que houve algum tipo de manifestação nesse sentido, este partiu dos próprios vizinhos.

reciprocidade. Apesar de mudanças terem ocorrido, valores como a família permanece como nos sistemas tradicionais. A família, para as mulheres pesquisadas, sempre foi importante para o desenvolvimento do turismo, haja vista a contribuição delas nas tarefas “secundárias”, ou como esteio nos momentos difíceis, quando elas buscam na família uma sustentação. Além da reaproximação entre os membros da família, foi possível identificar ainda a aproximação com os vizinhos, seja pela necessidade de buscar mão-de-obra ou pela parceria na compra de produtos para o desenvolvimento eficiente da atividade. Essa relação de reciprocidade evidenciada nas localidades pesquisadas é comum ocorrer em áreas rurais.

Cabe ainda avaliar, em nossa análise, que o turismo provocou mudanças a partir do aumento da jornada de trabalho, especialmente nos finais de semana e nos feriados, que antes eram dedicados ao lazer das famílias. A partir dos relatos das entrevistadas foi possível verificar que a maioria das entrevistadas deixou de realizar algumas atividades em detrimento do turismo, especialmente as que estão relacionadas com o lazer. No entanto, isso não foi considerado pelas mulheres como sendo um fator negativo, mas sim como uma oportunidade de novos tipos de socialização para a família. Nesse sentido, o que elas fizeram foi substituir atividades de lazer por outras atividades que estivessem relacionadas com o turismo, e sem sair de casa, conforme o relato a seguir: [...] *a gente viaja com eles, a parte cultural se desenvolve, o relacionamento, tu consegue abrir horizonte, e esse é o principal objetivo abrir horizontes que antes tu não tinha, e abrir horizonte é tanto na parte financeiro quanto na parte cultural como na parte de amizade [...]*.

Enfim, pode-se considerar que o turismo, nestas propriedades, se constituiu como um agente ou uma estratégia de reprodução social e econômica para as famílias envolvidas. A principal mudança ocorrida com a inovação do turismo rural foi a (re) organização do trabalho familiar e seus reflexos socioculturais, especialmente para as mulheres. A partir do turismo novos horizontes foram alcançados por elas e novas “portas” se abriram na busca de maior autonomia socioeconômica deste grupo. Contudo, cabe ressaltar que a inserção do turismo rural pode ser analisada sob dois vieses distintos: de autonomia socioeconômica e de afirmação da posição invisível da mulher no mercado de trabalho.

4. Considerações finais

Como resposta à reestruturação da economia decorrente dos impactos causados pela modernização da agricultura, e conseqüentemente com a exclusão do processo produtivo de muitos agricultores, estes acionam novas estratégias de reprodução econômica e social que culminam na emergência de atividades não agrícolas. O espaço rural que era apenas provedor de matéria-prima e de alimentos constitui-se em um ambiente de sociabilidade, de interação entre o homem e a natureza e de manifestações culturais, motivadas especialmente pelo turismo.

Assim, a pluriatividade surge como uma das formas de revitalização do meio rural, especialmente das formas de produção, apresentada diante da heterogeneidade rural, constituindo-se como uma das alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural assim como, uma proposta de dinamização socioeconômica construída a partir dos próprios agricultores, privilegiando o potencial

endógeno. Sua principal função é diversificar a economia local diminuindo as dificuldades, restrições e adversidades do mercado externo e do mercado agrícola. Dessa forma, incentivar a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas se sustenta na sua capacidade de geração de renda, de ampliação das oportunidades de trabalho, de diminuição do êxodo rural e das vulnerabilidades produtivas e de preservação natural, resultando na reprodução socioeconômica familiar. Porém, a dinamização deste processo deveria ter como âncora uma política pública voltada às especificidades da pluriatividade, para que esta proposta pudesse, efetivamente, se converter em uma estratégia de diversificação sustentável de todo o espaço rural, não só de áreas privilegiadas.

Dentro da perspectiva de diversificação dos espaços rurais através de atividades não agrícolas, surge especialmente pós-década de 90, uma nova atividade de uso do rural: a atividade turística. Assim como em outras regiões do Brasil, o turismo na região pesquisada provocou diversas modificações, sendo que as principais estão relacionadas com o trabalho e com as relações sociais, sobretudo para as mulheres rurais. Como mudança social o turismo rural remete as mulheres envolvidas nesta atividade a uma “socialização” que a agricultura não proporcionava. Concomitante a isso, houve uma reestruturação do trabalho familiar. Nesse sentido, a mulher assume nova função dentro da propriedade, desenvolvendo múltiplas atividades sem sair do domínio familiar, que é a casa.

Enfim, o turismo rural possibilitou, nas propriedades estudadas, a recolocação dos componentes do grupo familiar na esfera econômico e social, especialmente para as mulheres e jovens. A partir da atividade turística nestas propriedades foi possível “driblar” os problemas cotidianos que ameaçavam a gestão e a organização da propriedade contribuindo para o aumento da renda das famílias envolvidas, na geração de novas oportunidades de trabalho, especialmente para as mulheres, tanto da família como fora dela e, também para a sociabilização dos agentes envolvidos na atividade. Diante disso, esta experiência representa uma “transição” entre um modelo de desenvolvimento rural baseado em atividades essencialmente agrícolas para um novo modelo que contempla também as atividades não agrícolas, como é o caso do turismo rural.

5. Referências bibliográficas

BORGES, A; GUIMARÃES, I. B. (2000). A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: DA ROCHA, M. I. B. (org). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Editora 34, 111-138.

BRUSCHINI, C. (2000). Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? In: DA ROCHA, M. I. B. (org). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Editora 34, 13-58.

BRUMER, A. (2004). Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas* 12,1: 205-227.

CARNEIRO, M. J. (1998). *Camponeses, agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Editora Forense-universitária.

ELLIS, F. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press.

_____. (1998). Household strategies and rural livelihood diversification. *The journal of development studies* 35, 1: 1-38.

GARCIA RAMON, D.; CANOVES, G.; VALDOVINOS, N. (1995). Farm Tourism, Gender and the Environment in Spain. In: *Annals Of Tourism Research, Universitat Autònoma De Barcelona*, 22: 267-282.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas. UNICAMP, Instituto de Economia (Coleção Pesquisas I).

_____. (1996) *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE.

KINSELLA, J.; WILSON, S.; JONG, F. de; RENTING, H.(2000). Pluriactivity as a livelihood strategy in Irihi farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Netherlands 40, 4: 481-496.

LAVINAS, L; SORJ, B. (2000). O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: DA ROCHA, M. I. B. (org). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Editora 34, 211-236.

MARSDEN, T. (2003). The condition of rural sustainability. *Assen: Van Gorcum*.

_____. (1995). "Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces". *Journal of Rural Studies* 11, 3: 285-296.

PAULILO, M. I. (1987). O peso do trabalho leve. *Revista Ciência Hoje* 28: 01-07.

_____. (2004). Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas/Florianópolis*, 12 (1):. 229-252.

PÉREZ, M. V.; VALIENTE, G. C. (2000). Turismo rural em Galicia: sin mujeres imposible. In: GARCIA RAMON, Maria dolors; FERRÉ, Mireia Baylina (eds). *El nuevo papel de las mujeres em el desarrollo rural*. Vilassar Del Mar/Barcelona/Espanha: Oikos-tau: 171-198.

PLOEG, J. V.D. (2006). O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 13-54.

PLOEG, J. V. D. et. al. (2000). Rural development: form practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis* 40 (4): p. 391-407.

_____. (1990). *Labor, markets, and agricultural production*. Boulder, CO: Westview.

SCHNEIDER et. al. (2006). A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 137-164.

SCHNEIDER, S. (2007). A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de política Agrícola* 3: 15-34.

_____. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* 18 (51): 99-192.

SPARRER, M. (2003). Gênero y turismo rural: el ejemplo de la Costa Coruñesa. *Cuadernos de turismo. Escuela de turismo de La Coruña* 11:181-197.